

Ata nº 027 da Sessão Ordinária nº 027, de
07 de maio de 2013.

1 Às nove horas do dia sete de maio de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado
2 do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro
3 **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, CEZAR**
4 **COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada do Conselheiro, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; bem como a
5 presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o
6 Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos
7 termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em
8 que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos
9 neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência,
10 apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve
11 inversão de pauta para o julgamento, do processo de nº 3: **Processo nº 120012001-00; Prefeitura**
12 **Municipal de Baião; Prestação de Contas – 2001; Responsável Benedita Pilar Lobo Dias; 2ª Controladoria;**
13 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.389, de**
14 **03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
15 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
16 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara
17 Municipal de Baião a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade de
18 Benedita do Pilar Lobo Dias, face o descumprimento dos artigos 19, Inciso III e 20, Inciso III, Alíneas "a" e "b" da LRF; e a ausência
19 de processos licitatórios. Devendo ainda a ordenadora efetuar o recolhimento das seguintes multas: - Aos cofres municipais: - R\$
20 2.000,00, pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's do 1º
21 e 2º quadrimestres e o não envio do RGF do 3º quadrimestre. Ao FUMREAP/TCM instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009: -
22 R\$ 2.000,00, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, LDO, LOA, Balanço Geral e RREO's do
23 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, nos termos do art.120-B, I, II e IV, do RI/TCM/PA; - R\$ 1.000,00, pelo não envio do Parecer do
24 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF; do Ato de Diárias e do Ato fixador da remuneração dos Srs. Prefeito e
25 Vice-Prefeito, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/PA; - R\$ 2.000,00, pelo descumprimento dos artigos 19, Inciso III, da LRF;
26 20, Inciso III, Alíneas "a" e "b" da LRF, do art. 72 da LRF e ausência de processos licitatórios, nos termos do art. 120-A, II, do
27 RI/TCM/PA. Cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** O Conselheiro Aloísio
28 Chaves e o Conselheiro Daniel Lavareda acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Rosa Hage, a
29 Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanham o Relator, porém divergiram quanto a
30 aplicação da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
31 pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro
32 de 2001, de responsabilidade de Benedita do Pilar Lobo Dias, face o descumprimento dos artigos 19, Inciso III
33 e 20, Inciso III, Alíneas "a" e "b" da LRF, e a ausência de processos licitatórios. Devendo ainda a ordenadora
34 efetuar o recolhimento das seguintes multas: - Aos Cofres Municipais: - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), pela
35 infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos
36 RGF's do 1º e 2º quadrimestres e o não envio do RGF do 3º quadrimestre, com encaminhamento de cópia dos
37 autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** sem a aplicação das multas ao FUMREAP. Com o voto de
38 desempate da Conselheira Mara Lúcia. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e
39 o Conselheiro Cezar Colares quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. Em seguida, houve inversão da pauta
40 com o julgamento do processo de nº 1: **Processo nº 1180012001-00 – 200204149-00; Prefeitura**
41 **Municipal de Novo Progresso; Prestação de Contas – 2001; Responsável Juscelino Alves Rodrigues;**
42 **Auditores Ornilo de Araújo Sampaio Filho e Sérgio Franco Dantas; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator**
43 **- Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo



regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela emissão de Parecer Prévio Contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Novo Progresso, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Sr. Juscelino Alves Rodrigues, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, devendo referido Ordenador recolher aos cofres públicos municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$2.482,43 (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, e quarenta e três centavos), referente a conta Agente Ordenador. Na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, deve o Ordenador recolher aos cofres municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a multa de R\$3.120,00 (três mil, cento e vinte reais), equivalente a 5% de seus vencimentos anuais, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III da Lei n. 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas, nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da LDO e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, que somente foram enviados com a defesa; 2 - R\$500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º (09 dias), 2º (09 dias) e 3º (25 dias) quadrimestres”. **Em votação:** O Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, porém divergiram quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. A Conselheira Rosa Hage não votou, pois encontrava-se ausente na Sessão do dia 02.05.2013, quando foi iniciado o julgamento do presente processo. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Novo Progresso, exercício financeiro de 2001, de responsabilidade do Sr. Juscelino Alves Rodrigues, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-2.482,43 (dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais, e quarenta e três centavos), referente a conta “Agente Ordenador”, e da multa de R\$-3.120,00 (três mil, cento e vinte reais), equivalente a 5% dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), com fundamento no art. 120-B, IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da LDO e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, que somente foram enviados com a defesa; 2 - R\$-500,00 (quinhentos reais), nos moldes do art. 120-B, I, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação dos 1º (09 dias), 2º (09 dias) e 3º (25 dias) quadrimestres. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Antônio José quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 410012005-00 – 200608572-00; Prefeitura Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2005; Responsável Raimundo Faro Bittencourt; Auditora Adriana Cristina Dias Oliveira e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Retirado de Pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 4: **Processo nº 1260012007-00; Prefeitura Municipal de Terra Santa; Prestação de Contas – 2007; Responsável Adalberto Cavalcante Anequino; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Terra Santa, a aprovação das contas do Executivo, exercício de 2007, de responsabilidade de Adalberto Cavalcante Anequino. **Processo nº 410022005-00; Câmara Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas – 2005; Responsável Ferdinando Lopes Braga; Auditora Maria Do Socorro Pessoa**



89 da Silva; Auditora Adriana Dias de Oliveira e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator
90 -Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Retirado de Pauta. **Processo**
91 **nº 410032005-00 – 200603620-00; Fundo Municipal de Saúde de Magalhães Barata;** Prestação de
92 Contas – 2005; Responsável Maria José Rodrigues Pantoja; Auditora Adriana Dias Oliveira e 6ª Controladoria;
93 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.389, de**
94 **03.05.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 974102008-00; Fundo Municipal de Assistência Social**
95 **de Pacajá;** Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Edmir José da Silva; 4ª Controladoria;
96 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº**
97 **32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento
98 dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
99 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
100 decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Pacajá, exercício de 2008, com
101 a expedição do respectivo Alvará de Quitação, no montante de R\$-1.248.791,53 (hum milhão, duzentos e
102 quarenta e oito mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos). **Processo nº**
103 **1410162010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru;** Prestação de Contas de
104 Gestão; Responsável Ana Cleide dos Santos Borges; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha;
105 Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo
106 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
107 aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
108 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das
109 contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Quatipuru, exercício de 2010, com a expedição do
110 respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-781.571,30 (setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta
111 e um reais e trinta centavos). Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10:
112 **Processo nº 0713312004-00; Secretaria Municipal de Planejamento e desenvolvimento de**
113 **Santarém - SEMDE;** Prestação de Contas – 2004; Responsável Ana Rita Lopes de Macedo; 4ª Controladoria;
114 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José; **Publicado no DOE nº 32.389, de**
115 **03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
116 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
117 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação
118 das contas da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Santarém – SEMDE, exercício de
119 2004, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-5.252.324,36 (cinco milhões, duzentos e
120 cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e seis centavos). Em seguida, houve inversão de
121 pauta com o julgamento dos processos de nº's 12 a 20: **Processo nº 200814679-00; Centro**
122 **Comunitário Providência; Prestação de contas do Convênio nº 042/08, firmado com FUNPAPA/**
123 **PMB;** Responsável Aluisio Gemaque Ruy Seco; 4ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -
124 Conselheiro Antonio José; **Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo
125 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
126 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
127 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro
128 Comunitário Providência, referente ao Convênio nº 042/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-
129 FUNPAPA/PMB, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-22.466,40 (vinte e dois mil,
130 quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
131 Aloísio Chaves. **Processo nº 201212247-00; IPAMB/PMB;** Aposentadoria – Portaria nº 0610/2012, de
132 **12.06.2012;** Interessado: Benedito Ernesto Gama Barbosa; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator



133 Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
134 dos autos e manifestou-se pelo registro da Portaria nº 0610/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. O
135 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
136 decidiu pelo registro da Portaria nº 0610/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio
137 Chaves. **Processo nº 201214019-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 0907/2012, de**
138 **24.07.2012; Responsável Darci Oliveira da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro**
139 **Antonio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
140 manifestou-se pelo registro da Portaria nº 0907/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
141 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
142 registro da Portaria nº 0907/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo**
143 **nº 201215682-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria – Portaria nº 1191/2012, de 12.09.2012; Responsável**
144 **Elson Eutrópio de Oliveira Souza; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antonio José.**
145 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
146 pelo registro da Portaria nº 1191/2012. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
147 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria
148 nº 1191/2012/2012. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**
149 **201021841-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação; Responsável Hélio Leite da**
150 **Silva; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antonio José.** Cumprindo dispositivo regimental,
151 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Contrato,
152 com a juntada à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
153 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
154 cadastramento do Contrato, com a juntada à prestação de contas respectiva. Ausência, por ocasião de
155 votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201021845; Prefeitura Municipal de Castanhal;**
156 **Contrato de Locação de imóvel; Responsável Hélio Leite da Silva; Procuradora- Chefe Elizabeth Salame da**
157 **Silva; Relator – Conselheiro Antonio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
158 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Contrato, com a juntada à prestação de
159 contas respectiva . A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
160 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato, com
161 a juntada à prestação de contas respectiva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves.
162 **Processo nº 20121007200-00; Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de imóvel;**
163 **Responsável Hélio Leite da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Antonio José.**
164 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
165 pelo cadastramento do Contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
166 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
167 contrato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201212390-00;**
168 **Prefeitura Municipal de Castanhal; Contrato de Locação de imóvel; Responsável Hélio Leite da Silva;**
169 **Procuradora - Chefe Elizabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antonio José.** Cumprindo dispositivo
170 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
171 Contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
172 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato. Ausência, por
173 ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201212396-00; Prefeitura Municipal de**
174 **Castanhal; Contrato de Locação de imóvel; Responsável Hélio Leite da Silva; Procuradora - Chefe Elizabeth**
175 **Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antonio José.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
176 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Contrato. A matéria foi





colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Contrato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. Às nove horas e trinta e cinco minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 09 e 11: **Processo nº 140102006-00; Secretaria Municipal de Economia do Município de Belém (SECON); Prestação de Contas – 2006; Responsável Guilherme Tuma Delbim Ferreira (01/01 a 19/04/2006) Tito Cardoso Oliveira Neto (20/04 a 31/12/2006); 3º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas da Secretaria Municipal de Economia de Belém, exercício de 2006, nos períodos de ambos os Ordenadores, sem o prejuízo da aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pelo Senhor Guilherme Tuma Delbim Ferreira (01/01 a 19/04/2006) e pelo Senhor Tito Cardoso de Oliveira Neto (20/04 a 31/12/2006), Ordenadores de despesas da Secretaria Municipal de Economia do Município de Belém, no exercício financeiro de 2006, com a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 145482006-00; Guarda Municipal de Belém; Prestação de Contas – 2006; Responsável Silvia Helena Barbosa Randel; 3º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Publicado no DOE nº 32.389, de 03.05.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas prestadas pela senhora Silvia Helena Barbosa Randel, relativamente aos recursos que administrou como Ordenadora de despesas da Guarda Municipal de Belém, no exercício de 2006, com encaminhamento da cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para reiterar os termos do Memo nº 001/2013, encaminhado aos Gabinete dos Conselheiros, que dispõe sobre os seguintes assuntos: 1- Análise de Convênios e correspondentes prestações de contas; 2- Análise de Termo de Compromisso e correspondente Prestação de Contas. Ausência de encaminhamento dos procedimentos prévios de seleção de beneficiários; 3- Ausência de previsão na Nova Lei Orgânica de Cadastramento de Atos e Gestão, pelos jurisdicionados. Em seguida, o Conselheiro Antonio José Guimarães apresentou ao Plenário a Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Pará e altera a Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e onze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sete de maio de dois mil treze.

Visto:


Hilda Maria Zanluth Centeno Normando
Secretária, em exercício


Conselheira Vice- Presidente Mara Lúcia
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor Cezar Colares
Presidente da Sessão